



**PROCEDIMENTO CONCURSAL DE RECRUTAMENTO E SELEÇÃO PARA O  
PROVIMENTO DO CARGO DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 2º GRAU  
– CHEFE DA DIVISÃO DE PLANEAMENTO DO TERRITÓRIO –**

**ATA N.º 3**

Aos vinte e um dias do mês de novembro de dois mil e vinte e dois, no edifício do Centro de Congressos, reuniu o Júri designado para o procedimento supracitado, constituído pelo seu Presidente, **José Agostinho Ribau Esteves**, Presidente da Câmara e pelos vogais efetivos **João Carlos Nunes Vaz Portugal** e **António José Flor Agostinho**, ambos com experiência comprovada em funções de coordenação e de direção.-----

A presente reunião teve como objetivo proceder à elaboração de proposta de designação do candidato a prover no cargo de Chefe da Divisão de Planeamento do Território, com base na avaliação curricular e nos resultados das entrevistas públicas.-----

A avaliação curricular, sintetizada no anexo I à presente ata, que dela faz parte integrante, ocorreu imediatamente antes do início da realização das entrevistas públicas.-----

A classificação da entrevista pública constam de ficha individual, anexo II, o qual faz parte integrante da presente ata.-----

Os candidatos **Fernando Pau-Preto Morgado de Almeida** e **Inês Alhandra Marques Gonçalves Calor** não compareceram à entrevista pública.-----

Após análise e ponderação dos resultados da aplicação dos métodos de seleção enunciados na Oferta de Emprego n.º OE202208/0846, publicitada na Bolsa de Emprego Público (BEP), o Júri deliberou, por unanimidade, propor a designação da candidata **Cláudia Filipa Lopes Gomes Jorge Campos dos Reis** para o cargo de Chefe da Divisão de Planeamento do Território, conforme previsto no n.º 6, do artigo 21.º do Estatuto do Pessoal Dirigente, aprovado pela Lei n.º 2/2004, de 15/01, na versão atual.-----

A proposta de designação assenta nos seguintes fundamentos:-----

**I. Avaliação Curricular**-----

Em conformidade com o disposto na alínea a), do ponto 11 do aviso de abertura do procedimento concursal, compete ao Júri, na avaliação curricular, analisar a evolução do percurso profissional e académico dos candidatos, a respetiva experiência profissional, bem como a formação profissional relevante para o cargo a prover.-----

A ponderação dos fatores enunciados tem como referência o perfil exigido, previsto no ponto 10 do referido aviso de abertura do procedimento concursal.-----

Da análise dos currículos apresentados pelos candidatos e atendendo aos critérios de apreciação e de ponderação da avaliação curricular, constantes da ata n.º 1, o Júri considera que a candidata **Cláudia Filipa Lopes Gomes Jorge Campos dos Reis**, cuja designação propõe, detém o perfil mais adequado ao cargo a prover, porquanto:-----

No que diz respeito a habilitações académicas, é detentora de licenciatura adequada. Em termos de formação profissional, revela um percurso consistente, orientado, bem desenvolvido no tempo e adequadamente diversificado por áreas relacionadas com as áreas de atividade do cargo colocado a concurso. A experiência profissional da candidata proposta, insere-se no âmbito de funções diretamente relacionadas com as áreas de atividade do lugar a prover, o que lhe proporciona um domínio técnico abrangente e um conhecimento atualizado e transversal da realidade onde se desenvolve a atividade dirigente a que se propôs concorrer.-----

**II. Entrevista Pública**-----

Em conformidade com o disposto na alínea b), do ponto 11 do aviso de abertura do procedimento concursal, compete ao Júri, na entrevista pública, ponderar a evidência das competências enunciadas no ponto 9, que constituem os requisitos, em termos de perfil pretendido, para o cargo a prover.-----

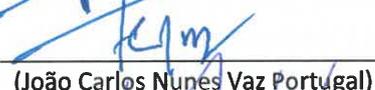
Na sequência da realização da entrevista pública, considera o Júri que a candidata **Cláudia Filipa Lopes Gomes Jorge Campos dos Reis** revelou deter as competências mais adequadas para o desempenho do cargo.-----

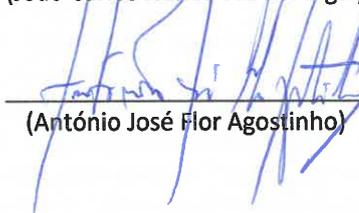
Na entrevista pública, esta candidata revelou um bom desempenho global, evidenciando as competências e o conhecimento da área de atuação do cargo a prover. Revelou-se bem preparada relativamente à estrutura organizacional da Câmara Municipal de Aveiro, com uma visão integrada e institucional, demonstrando capacidade de comunicação, assertividade e interação. Fruto da sua experiência de direção, demonstrou uma boa visão analítica, estratégica e inovadora para a atividade respeitante ao lugar a concurso, tendo enunciado objetivos precisos e concretos a alcançar num futuro próximo, alinhados com a missão do Município que mostrou conhecer. Demonstrou, ainda, capacidade de decisão, de sentido crítico, de análise e resolução de problemas.-----



Por último, revelou possuir a inteligência, a maturidade, a capacidade organizacional e de liderança, bem como a experiência de direção, necessárias para a função, associados a um conhecimento da área, tendo ainda manifestado uma clara vontade de responder com grande empenho ao desafio que estas funções acarretam. -----  
Nos termos do n.º 13, do artigo 21.º do Estatuto do Pessoal Dirigente, o procedimento concursal é urgente e de interesse público, pelo que não há lugar a audiência dos interessados e conforme n.º 14 do mesmo artigo, não há efeito suspensivo do recurso administrativo interposto do despacho de designação ou de qualquer outro ato praticado no decurso do procedimento.-----  
Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião da qual se lavrou a presente ata que vai ser assinada por todos os membros do júri.-----

  
\_\_\_\_\_  
(José Agostinho Ribau Esteves)

  
\_\_\_\_\_  
(João Carlos Nunes Vaz Portugal)

  
\_\_\_\_\_  
(António José Flor Agostinho)